

Comitê do Tribunal de Gestão de Pessoas realiza o segundo encontro presencial

O Comitê Local de Gestão de Pessoas (CG-Pessoas-JF1) realizou, na última segunda-feira, dia 4, na sede do Tribunal em Brasília, sua segunda reunião presencial, que tratou, dentre outros temas, do realinhamento das funções comissionadas nas varas, do teletrabalho, da implementação da reestruturação das áreas de Gestão de Pessoas e da reposição do quadro efetivo de servidores.



Instituído por meio da Portaria Presi 392, de 30 de novembro de 2016, o Comitê tem, dentre suas atribuições, a tarefa de propor e de coordenar plano estratégico local de gestão de pessoas, alinhado aos objetivos institucionais e às diretrizes da Política Nacional de Gestão de Pessoas estabelecida pela Resolução CNJ 240; de atuar na interlocução com a Rede de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados; de monitorar, avaliar e divulgar o desempenho e os resultados alcançados pela gestão de pessoas.

Diante da dificuldade de escassez de recursos, o coordenador do Comitê, juiz federal Naiber Ponte de Almeida, destacou que o trabalho do grupo tem papel importante para o bom funcionamento do TRF1. “O comitê tem por objetivo estudar formas de melhor utilizar os recursos que nós temos para a gestão de pessoas. Então, vivemos hoje uma situação de recursos orçamentários escassos, e o comitê gestor de pessoas estuda

políticas para propor à administração do Tribunal formas de utilizar melhor esses recursos para que as pessoas no Tribunal possam realizar seu trabalho de maneira mais efetiva”, afirmou o magistrado da Seção Judiciária do Acre.

Para a juíza federal da 14ª Vara da SJBA, Cynthia de Araújo Lima Lopes, um dos temas que merece a atenção do grupo é quanto à saúde dos servidores da 1ª Região. “Um assunto que nos preocupa muito é a questão do exame de saúde obrigatório dos servidores e as formas de estimular os servidores a realizarem esse exame, que é importante tanto para pessoa que faz o exame quanto para o Tribunal”.

A equipe é composta pelos seguintes juízes federais: da Seção Judiciária do Acre, Naiber Ponte de Almeida (coordenador); da Seção Judiciária da Bahia, Cynthia de Araújo Lima Lopes (membro), e da Seção Judiciária do Distrito Federal, Rodrigo Parente Paiva Bentemuller (membro).

Também fazem parte do Comitê o representante dos servidores da Justiça Federal da 1ª Região na Rede Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, Márcio Albuquerque, tendo como suplente a servidora da Seção Judiciária de Minas Gerais Márcia Dias Pereira (representantes dos servidores da JF1); a servidora do TRF1 Maria do Carmo Cezário Corrêa, como suplente a servidora Sheila Melissa Ávila Teixeira, do quadro de pessoal da Justiça Federal de Minas Gerais (membros); o servidor Lúcio de Souza Barros, também do quadro de pessoal da JF de Minas Gerais, tendo como suplente o servidor Luiz Quaresma de Mello Neto, do quadro da JF da Bahia (membros), e Janner Augusto Noleto Mendonça, da Seção Judiciária de Tocantins, como suplente a servidora Flávia Álvares da Silva Velloso Ferreira, do TRF1 (membros).

Fonte: TRF1



Árvore Solidária 2017

A Árvore Solidária continua no foyer até amanhã (07) e você poderá escolher um nome dentre as 18 crianças que ainda faltam ser presenteadas daqui na sede e uma do JEFs.

Para que nenhuma criança fique sem presente, os associados no prédio JEFs que quiserem ajudar, não precisam vir até a sede. Basta ligar para a ASSERJUF nos números 3306-8382 ou 3617-2638 que o pessoal do escritório intermediará a escolha da criança.

Os presentes deverão ser entregues no escritório ou na copiadora da Asserjuf (JEFs) até a próxima segunda-feira (11), às 12h.

A Distribuição dos presentes será no dia 11, às 15h (auditório - Sede), e dia 12, às 15h (recepção - JEFs).

ESAF/BA promove programação especial com seminários e curso sobre IN 05/2017

Capacitar a identificação dos procedimentos implementados pela Instrução Normativa nº 5/2017 é o objetivo da Escola de Administração Fazendária (ESAF) ao promover, de forma gratuita, a programação especial “Contratos Públicos”. A formação acontece entre os dias 12 e 15 de dezembro, sempre das 8h às 17h, contando com dois seminários e um curso a serem realizados no Centro de Treinamento da ESAF na Bahia (Av. Jequitiaia, s/n, Ed. Ministério da Fazenda, 4º andar, Comércio, Salvador/BA). A inscrição deve ser feita através do site <https://sisfie.esaf.fazenda.gov.br>.

O público alvo são os gestores e servidores públicos federais, prioritariamente, e servidores de outras esferas que atuam em áreas correlatas ao tema. Na terça-feira (12), será realizado o Seminário “Impactos da IN MPDG 05/2017 nos contratos públicos”, dispendo de 8h de carga horária e 150 vagas. Neste dia, serão debatidos: fatos motivadores da revisão da IN 02/2008; principais alterações promovidas pela IN 05/2017; terceirização: premissas e conceitos; fase de planejamento (estudos preliminares; gerenciamento de risco e termo de refe-



rência/projeto básico); fase de seleção do fornecedor; fase de gestão contratual.

O seminário “Repactuação, Reajuste e Reequilíbrio Econômico e Financeiro dos Contratos Administrativos” ocorre na quarta-feira (13), carga horária de 8h e 60 vagas. Os participantes devem aprender a identificar a distinção entre os institutos da repactuação, reajuste e reequilíbrio econômico e financeiro dos contratos administrativos; conhecimentos a respeito da legislação e jurisprudência destinadas à repactuação, ao reajuste e ao reequilíbrio econômico e financeiro dos contratos administrativos; a distinção entre o processamento da repactuação, reajuste e reequilíbrio econômico e financeiro dos contratos administrativos;

conhecimentos suficientes a mitigar erros e fraudes.

Os últimos dois dias contarão com o curso “Gestão da Conta Vinculada” que dispõe de 60 vagas e carga horária de 16h. Ao final do curso, o participante deverá ter conhecimento para: demonstrar as características relevantes dos contratos administrativos em que se aplica o instituto da conta vinculada; esclarecer os módulos e os itens da planilha de custo e formação de preços que compõem os valores a serem depositados na conta vinculada; operacionalizar uma planilha de controle para acompanhar as obrigações trabalhistas a serem cumpridas para os funcionários terceirizados pela Administração Pública; entender a aplicação da responsabilidade trabalhista subsidiária após a reedição da súmula no 331 do TST e como a conta vinculada funciona como um instrumento para evitar essa responsabilidade para a Administração Pública; apresentar os procedimentos prévios à contratação para contratos em que a conta vinculada se aplica; estabelecer os critérios de retenção e liberação dos valores da conta vinculada.

Aniversariantes

Hoje: Paulo Roberto Lyrio Pimenta, Juiz federal da 18ª Vara, Joseneide Pereira Farias Guirra (Campo Formoso), Weber Antônio de Jesus Correia (6ª Vara), Clara Ferreira Cardoso de Oliveira (Turma Recursal) e Eliene Santos (Asserjuf).

Amanhã: Fabio Rogério França Souza, Juiz federal da 21ª Vara, Antônio Carlos de Brito Ramalho (NUCJU), Márcia Cristina de Freitas (Biblioteca) e Irineu Barbosa de Oliveira Junior (CS Gestão & Serviço).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juíza federal Cláudia da Costa Tourinho Scarpa, diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, diagramação, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Apoio:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Estagiária de jornalismo:** Joyce Melo Matos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.